

## *Curriculum Vitae*

### **Tiago Mota Leite Machado Mariz**

Licenciou-se em Direito em Dezembro de 1990 com a média final de 15 valores.

Entre Janeiro e Setembro de 1991 foi consultor do Eurogabinete da Comissão de Coordenação da Região Centro, gabinete vocacionado para a difusão de informação sobre Assuntos Comunitários junto das Pequenas e Médias Empresas da Região, bem como das Instituições Públicas e Cidadãos.

Desde Setembro de 1991 a Setembro de 1992 estudou Direito Comunitário no Curso de Pós-graduação do Colégio da Europa, em Bruges, na Bélgica.

Após o curso de Bruges, em Setembro/Outubro de 1992, fez um estágio no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e no Tribunal de 1ª Instância, no gabinete do então Presidente Dr. Cruz Vilaça, trabalhando em ligação com o então referendário Dr. Luis Miguel Pais Antunes.

De regresso a Portugal, retomou, no início de 1993, o estágio de advocacia, que tinha iniciado em 1991, e que veio a terminar em 1994.

É advogado e exerce advocacia desde 1994.

Durante o ano de 1993 deu formação na Ordem dos Advogados, a convite do Conselho Distrital de Lisboa, tendo ministrado módulos de formação em Direito Comunitário.

Trabalhou como assistente do Prof. Lucas Pires no âmbito de uma bolsa «Jean Monet» na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1994.

Foi docente-formador do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), (1994/1996), tendo ministrado a disciplina de "Organização da Administração Pública" ao curso geral e ao curso especial para estudantes provenientes da ex-Região Administrativa de Macau.

(mais tarde, entre 2005 e 2011 foi, por várias vezes, formador do CEFA).

Frequentou o Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Publicísticas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1997-1998, tendo concluído a parte letiva do curso.

Foi assistente na Universidade Internacional da Figueira da Foz (entre 1994 e 1998) onde ministrou as aulas práticas da disciplina de "Introdução ao Estudo do Direito".

Pertenceu ao *Groupeuro* da Direção-Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia de 1997 até à extinção do Grupo, em 2002. O *Groupeuro* foi um grupo de conferencistas, de todos os países da União Europeia (3 de Portugal), que intervinham, a convite das instituições organizadoras nacionais e em representação da Comissão Europeia, em conferências, seminários, workshops, etc., sobre a Moeda Única e matérias afins. Visava estudar e divulgar questões conexas com a transição para a Moeda Única na perspetiva do seu impacto na vida dos cidadãos da União Europeia.

Exerceu, desde 1997 até 24 de Setembro de 2002, a docência, como assistente, na área de Direito e Ciências Sociais do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC).

Durante esse período lecionou as disciplinas de Noções Fundamentais de Direito e Direito das Obrigações, do 1º ano, tendo sido ainda responsável pelas disciplinas de Direito Económico (Aspetos Jurídicos do Euro) e Direito Fiscal.

Foi, desde 1995 até 24 de Setembro de 2002, assessor jurídico da FCTUC (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra).

Nesta qualidade – e mantendo sempre o exercício da advocacia no seu escritório – ocupou-se, essencialmente, do apoio jurídico ao Presidente do Conselho Diretivo e ao Presidente do Conselho Científico.

No apoio jurídico ao órgão executivo esteve incumbido, designadamente, do apoio jurídico ao setor de pessoal, em matéria de concursos, carreira, promoções, progressões, regime remuneratório, aspetos disciplinares, etc.

Outra dimensão importante foi a ligação da Faculdade às várias associações de direito privado que esta integrava como associada, participando nas assembleias gerais e redigindo os protocolos de cooperação que enquadravam a intervenção da FCTUC nessas entidades associativas.

Foi, igualmente, encarregado de redigir, ou de analisar propostas de, regulamentos de funcionamento dos vários departamentos (e dos órgãos dos departamentos: comissão executiva, comissão científica) em que se dividia a faculdade.

Já no segundo caso, no que respeita à assessoria jurídica ao Conselho Científico, ocupou-se do apoio ao funcionamento de órgãos colegiais de cariz científico e certificação da conformidade das deliberações em matéria de carreiras académicas com as disposições do ECDU, Estatuto da Carreira Docente Universitária (na versão então em vigor).

Participou na redação de respostas a reclamações e recursos hierárquicos (e informações a prestar ao Magnífico Reitor no âmbito desses procedimentos) em matéria de aplicação das regras do ECDU.

Desde 24 de Setembro de 2002 até 31 de Maio de 2005 exerceu um cargo de nomeação governamental, o que implicou a suspensão do exercício, durante esse período, das demais atividades profissionais:

A convite da Senhora Secretária de Estado da Segurança Social, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar, foi nomeado Diretor Adjunto do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra (CDSSSC) do Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP).

O exercício destas funções permitiu-lhe um conhecimento profundo da problemática da Segurança Social, quer na área dos Regimes (contributivo e não contributivo) quer na Gestão Financeira e de recursos humanos de um serviço público com cerca de 600 funcionários.

Possibilitou-lhe ainda lidar com a área de Ação Social, nomeadamente das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias e Mutualidades.

Exerceu funções de representação do CDSS de Coimbra em reuniões, cerimónias públicas, contactos institucionais (Governo Civil, várias Câmaras Municipais do Distrito, Tribunal de Família e Menores, IPSS, etc.)

Foi responsável pela gestão dos serviços locais do CDSS de Coimbra.

Foi responsável pelos contactos com os serviços e Institutos tutelados pelo Ministério da Segurança Social: IGFSS, IIES, Serviços de execuções tributárias e

serviços de fiscalização (estes dependentes diretamente da Administração do ISS) e IDS.

Entre Janeiro de 2006 e Janeiro de 2009 foi assessor jurídico da Caritas Diocesana de Coimbra.

As atividades de assessoria jurídica incidiram predominantemente na área do direito do trabalho (processos disciplinares, aplicação de convenções coletivas, negociações com trabalhadores, contratação) e na área da gestão dos acordos com a Segurança Social.

Incluiu também o apoio jurídico aos vários equipamentos (lares, Centros de Dia, Unidades de Cuidados Continuados) e valências da ação social da Cáritas Diocesana de Coimbra.

É, desde julho de 2006, jurista-linguista freelance do Tribunal de Justiça da União Europeia, para as línguas inglesa e francesa.

É, desde outubro de 2009, tradutor jurista freelance da Comissão Europeia para a língua inglesa.

Desde Fevereiro de 2007 é, de novo, docente do ISCAC.

Atualmente é Professor Adjunto com contrato em funções públicas por tempo indeterminado desta Instituição do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC).

Tem vindo a ministrar as disciplinas de Direito Laboral e de Direito Tributário e Noções Fundamentais de Direito nas licenciaturas de Solicitadoria e Administração, de Gestão de Empresas e de Contabilidade e Administração.

É também responsável pelas disciplinas de Direito das Empresas na Pós-Graduação em Gestão de Pequenas e Médias Empresas e de Fundamentos de Direito da Administração Pública no Mestrado de Contabilidade e Gestão Pública.

É docente do curso *e-learning* de Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública, no qual é responsável pela disciplina de Fundamentos de Direito da Administração Pública.

Foi membro do Conselho Pedagógico do ISCAC entre 2009 e 2011.

Integrou a Comissão relativa às Provas para o Grau de Especialista constituída no ISCAC.

É membro da Comissão Científica do Mestrado em Solicitadoria e Administração.

É membro da Comissão Científica do curso de Pós-Graduação de Gestão de Instituições da Economia Social.

Em 21 de julho de 2014 obteve o título de especialista da carreira docente do ensino superior politécnico em provas públicas de discussão do curriculum vitae e de um trabalho original intitulado «Invalidade de atos administrativos de concessão de subsídios com fundos da União Europeia».

Como advogado foi vogal da Comissão Nacional de Avaliação (CNA) da Ordem dos Advogados, entre 2010 e 2012.

Esta Comissão é responsável pela organização das provas de avaliação a realizar pelos advogados estagiários.

Desenvolve atividade como formador, quer para a Business School do ISCAC, quer para a Ordem dos Advogados (Conselho Distrital de Coimbra, onde ministra o curso de formação em Direito Comunitário).

Publicou em 2012 um comentário ao artigo 48.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, integrado em «Tratado de Lisboa, anotado e comentado» com coordenação de Manuel Porto e Gonçalo Anastácio, Almedina.